



CARTILHA DE INTEGRAÇÃO COM O WEB SERVICE

ANEXOS DA RESOLUÇÃO CNJ 235, DE 13 DE JULHO DE 2016




Histórico de Versões

Versão	Autor	Data	Ação
1.0.0	Rosfran Lins Borges	15/08/2016	Inicial
1.0.1	Rosfran Lins Borges	23/08/2016	Atualizações

ÍNDICE

1	APRESENTAÇÃO.....	3
2	SOLUÇÕES DE SUPORTE AO BANCO NACIONAL DE DEMANDAS REPETITIVAS	4
3	ESTRUTURA DA API (APPLICATION PROGRAMMING INTERFACE) FORNECIDA PELO WEB SERVICE DO BNPR	4
3.1	SERVIÇO PARA OS TRIBUNAIS SUPERIORES – BNPRTSWS.....	5
4	PREPARAÇÃO DO AMBIENTE – INSPECIONANDO COM O SOAPUI	26
5	ANEXO I – A – IRDR.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
6	ANEXO I – B – CASOS REPETITIVOS.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

	Resolução CNJ 235, de 13 de julho de 2016
	Cartilha de Integração com o Web Service

1 APRESENTAÇÃO

O presente documento tem por objetivo descrever o funcionamento dos mecanismos de integração via web services com serviço do Banco Nacional de Demandas Repetitivas, definido na Resolução 235 do CNJ.

Anteriormente a essa Resolução, havia a Resolução de número 160 do CNJ, que disponha a respeito dos Núcleos de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER), regulamentando também a criação e manutenção de um banco de dados com os Recursos Repetitivos e Repercussão Geral. A criação dos NURER teve também como um dos seus principais propósitos uniformizar o gerenciamento dos processos submetidos aos recursos repetitivos. Conforme pode-se depreender do Art. 2º, inc. II, da mesma Resolução 60, esse mesmo princípio deve ser aplicado também para a sistemática dos recursos extraordinários.

Com a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, foram instituídos alguns outros instrumentos, além dos já existentes e tratados na Resolução 160: o incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), do incidente de assunção de competência (IAC) e os Grupos de Representativos (GR).


Pois foi em cumprimento ao art. 979 do Código de Processo Civil de 2015, que o Conselho Nacional de Justiça editou a **Resolução CNJ n. 235, de 13 de julho de 2016** que, por sua vez, **revogou** a Resolução CNJ n. 160, de 19 de outubro de 2012.

Em suma, a nova resolução mantém as atribuições estabelecidas na revogada Resolução CNJ n. 160/2012, criando diversas outras decorrentes do incidente de resolução de demandas repetitivas, da suspensão em incidente de resolução de demandas repetitivas e do incidente de assunção de competência, que afetarão todos os tribunais do país.

A Resolução CNJ n. 235/2016 representa importante marco para a organização e padronização de procedimentos administrativos decorrentes do processo e julgamento de precedentes obrigatórios previstos no CPC/2015 ao estabelecer trabalho coordenado entre todos os tribunais do país, prevendo a integração tecnológica por meio de *Web Service*.

Para isso, a Resolução CNJ n. 235/2016 **determina** a organização do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugap) no âmbito das estruturas administrativas dos tribunais e **estabelece**, de forma detalhada, em seus anexos, os parâmetros estruturais dos dados de cada instituto processual para permitir a implementação efetiva do Banco Nacional de Dados previsto no art. 5º da resolução.

Ademais, nos termos dos arts. 8º e 11 da Resolução CNJ n. 235/2016, os tribunais devem manter, em seus sítios eletrônicos, banco de dados pesquisável com

	Resolução CNJ 235, de 13 de julho de 2016
	Cartilha de Integração com o Web Service

informações padronizadas das fases percorridas pelos processos submetidos às técnicas de julgamento de casos repetitivos e de assunção de competência com as informações listadas nos Anexos I e V da mencionada resolução.

O Nugep, portanto, será a unidade do tribunal responsável pela alimentação do banco nacional e local de dados, devendo, a partir de 1º de setembro de 2016 e até a completa integração do tribunal ao sistema *Web Service*, prestar as informações previstas nos anexos da Resolução CNJ n. 235/2016 ao Nugep do Conselho Nacional de Justiça por meio de formulário eletrônico elaborado pelos Departamentos de Pesquisa Judiciária e de Tecnologia da Informação do CNJ.

Nesse sentido, o presente documento descreve, de forma pormenorizada, a aplicação prática de cada um dos conceitos listados nos anexos da Resolução CNJ n. 235/2016, com o objetivo de permitir a padronização dos dados e propiciar a ampla divulgação das informações para o devido conhecimento e acompanhamento dos precedentes qualificados por toda a sociedade.

2 SOLUÇÕES DE SUPORTE AO BANCO NACIONAL DE DEMANDAS REPETITIVAS


Foram disponibilizadas 2 soluções de integração com o BNPR, com a finalidade de oferecer rotinas de pesquisa e armazenamento de dados e informações de suporte para o Banco Nacional de Precedentes Repetitivos. Uma delas é o web service, que detalharemos no Capítulo 3, e a outra solução é a aplicação web que permite que os dados sobre os temas, precedentes, processos sobrestados, etc., possam ser enviados através de uma planilha no formato e extensão do Microsoft Excel (.XLSX), detalhado no Capítulo 4.

3 ESTRUTURA DA API (APPLICATION PROGRAMMING INTERFACE) FORNECIDA PELO WEB SERVICE DO BNPR

Foram criados 2 perfis para os serviços (web services) que são disponibilizados por essa solução. Um perfil atende aos Tribunais Superiores, e outro perfil suporta os demais Tribunais.

Na versão anterior do sistema BNPR (chamado de NURER web service), haviam apenas um conjunto bem reduzido de operações, divididas em 3 perfis de acesso: um perfil para o Supremo Tribunal Federal, outro para o Superior Tribunal de Justiça e outro para o restante dos Tribunais não enquadrados na classificação anterior. Como exemplo, liste-se abaixo as operações para o perfil do web service para os Tribunais:

- *manterProcessoSuspenso*
- *pesquisarQtdProcessosSuspendidos*

	Resolução CNJ 235, de 13 de julho de 2016
	Cartilha de Integração com o Web Service

- *pesquisarTema*

Onde a operação *manterProcessoSuspenso* enviava informações sobre determinado processo suspenso com base em um tema de Repercussão Geral ou de Recurso Repetitivo. As operações *pesquisarQtdProcessosSuspendidos* e *pesquisarTema* apenas retornavam a quantidade de processos suspensos com base em um determinado tema, e os dados a respeito de um determinado tema (tais como os processos paradigmas vinculados a um tema, e uma descrição da questão submetida ao tratamento processual no rito da Repercussão Geral e dos Recursos Repetitivos). Esse modelo trazia alguns problemas, entre eles a ocorrência de conhecidos efeitos colaterais nas operações de manutenção, uma vez que a operação *manterProcessoSuspenso* servia ao mesmo tempo para incluir um vínculo novo de processo suspenso a um determinado tema, como também alterava esse vínculo. Com a mesma operação era possível marcar um processo como suspenso, e também alterar a lista de processos paradigmas, ou modificar a situação de um tema.

No modelo atual, houve um esforço maior em dividir ao máximo as operações de atualização, de forma a atomizar as rotinas de manutenção da base. Assim, para o web service no perfil dos Tribunais Superiores, agora existem 6 operações de atualização e 6 operações de envio de informações de precedentes.

No próximo capítulo, detalhamos cada um desses 2 serviços.


3.1 SERVIÇO PARA OS TRIBUNAIS SUPERIORES – BNPRTSWS

O endereço URL (Uniform Resource Locator) para acesso ao serviço para o perfil de Tribunal Superior é disponibilizado no link: <http://wwwh.cnj.jus.br/bnpr-web/bnprTSWS?wsdl>

Essa versão está sendo oferecida atualmente apenas em ambiente de homologação. Quando for disponibilizada em ambiente de Produção, outro link de acesso será fornecido.

Antes de cobrir as operações disponibilizadas, alguns parâmetros são comuns a todas elas, sendo importante definí-los todos, a priori, num só lugar.

3.1.1.1 Campo numero

	Resolução CNJ 235, de 13 de julho de 2016
	Cartilha de Integração com o Web Service

O campo **numero**, como o próprio nome diz, é um valor que admite apenas dígitos numéricos. Serve para identificar os temas de Repercussão Geral, do STF, e os temas de Recursos Especiais, do STJ, assim como servem também de identificação para os IRDRs (Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas) e demais institutos processuais. Sendo que, no caso dos IRDRs e demais, o identificador único nacional é representado pelo número NUT.

No entanto, o campo **numero**, quando estiver dentro de escopo relacionado a processo (paradigma ou sobrestado), refere-se a um formato de numeração aderente ao da Numeração Única processual da Resolução 65 de 16 de Dezembro de 2008, do Conselho Nacional de Justiça ().

3.1.1.2 Campo tipo

O campo **tipo** identifica o tipo de precedente que será objeto da mensagem enviada ao web service. É um tipo enumerado, e os valores possíveis são os a seguir (em negrito):

- **IRDR**
- **RR**
- **IAC**
- **GR**
- **CT**

Na sequência, os valores acima correspondem às definições seguintes: Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, Recurso Repetitivo, Incidente de Assunção de Competência, Grupo de Representativos e Controvérsia.

3.1.1.3 Campo siglaOrgao

O campo **siglaOrgao** identifica o órgão de onde provém aquela informação. Quando refere-se a processos (paradigmas ou sobrestados), identifica onde o processo tramitava quando um dos incidentes ou recursos mencionados na Resolução 235 foi utilizado. Abaixo, a lista de todos os valores possíveis para o campo **siglaOrgao**:

CNJ
CJF
TRF1
TRF2
TRF3

TRF4

TRF5

TJAC

TJAL

TJAM

TJAP

TJBA

TJCE

TJDFT

TJES

TJGO

TJMA

TJMG

TJMS

TJMT

TJPA

TJPB

TJPE

TJPI

TJPR

TJRJ

TJRN

TJRO

TJRR

TJRS


TJSC

TJSE

TJSP

TJTO

TJMRS

	Resolução CNJ 235, de 13 de julho de 2016
	Cartilha de Integração com o Web Service

STJ

TSE

CSJT

TRT1

TRT2

TRT3

TRT4

TRT5

TRT6

TRT7

TRT8

TRT9

TRT10

TRT11

TRT12

TRT13

TRT14

TRT15

TRT16

TRT17

TRT18

TRT19

TRT20

TRT21

TRT22


TRT23

TRT24

TST

STM

TJMSP

	Resolução CNJ 235, de 13 de julho de 2016 <hr/> Cartilha de Integração com o Web Service
---	---

TJMMG

Listamos abaixo as operações disponíveis:

- **alterarProcessoParadigma**
- **alterarProcessoSobrestado**
- **alterarSituacaoControversia**
- **alterarSituacaoGrupoRepresentativo**
- **alterarSituacaoIncidenteAssuncaoCompetencia**
- **alterarSituacaoRecursoRepetitivo**
- **enviarControversias**
- **enviarGruposRepresentativos**
- **enviarIncidentesAssuncaoCompetencias**
- **enviarProcessosParadigmas**
- **enviarProcessosSobrestados**
- **enviarRecursosRepetitivos**
- **pesquisarControversias**
- **pesquisarGruposRepresentativos**
- **pesquisarIncidentesAssuncaoCompetencias**
- **pesquisarIRDemandasRepetitivas**
- **pesquisarRecursosRepetitivos**
- **pesquisarProcessosSobrestados**

Cada uma das operações é detalhada a seguir, divididas em 3 classes – operações de Alteração, Inclusão e Pesquisa:

Operações de Alteração

Existem operações de alteração específicas para cada um dos incidentes/precedentes. Atenção para a diferença entre os campos *numero*, que variam de acordo com o escopo no qual estão inseridos – campo *numero* dentro do escopo da tag *processoParadigma* significa que terá o valor de numeração única processual (Resolução 65 do CNJ).

Cumpramos destacar que as operações de Alteração não permitem a inclusão de nenhum tipo de dado, apenas a alteração. Caso seja especificada uma dupla de campos *numero* e *tipo* que não exista na base, a seguinte mensagem será apresentada:

```
<soap:Envelope
  xmlns:soap="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  <soap:Body>
    <ns2:alterarSituacaoIRDemandaRepetitivaResponse
      xmlns:ns2="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/"
      <resposta>
        <mensagem>Precedente não encontrada</mensagem>
        <sucesso>false</sucesso>
      </resposta>
    </ns2:alterarSituacaoIRDemandaRepetitivaResponse>
  </soap:Body>
</soap:Envelope>
```

3.1.2.1 alterarProcessoParadigma

Substituí o processo paradigma vinculado a dado precedente identificado pelo campo **numero** com tipo especificado no campo **tipo**:

```
<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/"
  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <ws:alterarProcessoParadigma>
      <numero>?</numero>
      <tipo>?</tipo>
      <siglaOrgao>?</siglaOrgao>
      <processoParadigma>
        <classe>?</classe>
        <numero>?</numero>
        <orgaoJulgador>?</orgaoJulgador>
        <relator>?</relator>
        <dataJulgamento>?</dataJulgamento>
        <dataPublicacaoAcordao>?</dataPublicacaoAcordao>
        <dataTransitoJulgado>?</dataTransitoJulgado>
      </processoParadigma>
    </ws:alterarProcessoParadigma>
  </soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>
```

3.1.2.2 alterarProcessoSobrestado

Substituí o processo sobrestado vinculado a dado precedente identificado pelo campo **numero** e tipo de precedente especificado no campo **tipo**:

```
<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
```

```

xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/"
<soapenv:Header/>
<soapenv:Body>
  <ws:alterarProcessoSobrestado>
    <numero>?</numero>
    <tipo>?</tipo>
    <siglaOrgao>?</siglaOrgao>
    <processoSobrestado>
      <classe>?</classe>
      <numero>?</numero>
      <orgaoJulgador>?</orgaoJulgador>
      <dataDistribuicao>?</dataDistribuicao>
      <dataSobrestamento>?</dataSobrestamento>
      <dataJulgamento>?</dataJulgamento>
      <dataBaixa>?</dataBaixa>
    </processoSobrestado>
  </ws:alterarProcessoSobrestado>
</soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>

```

3.1.2.3 alterarSituacaoControversia

Altera situação do tema do tipo CT (Controvérsia):

```

<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/"
  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <ws:alterarSituacaoControversia>
      <numero>?</numero>
      <situacao>?</situacao>
    </ws:alterarSituacaoControversia>
  </soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>

```

3.1.2.4 alterarSituacaoGrupoRepresentativo

Alterar situação do tipo de precedente Grupo de Representativos (GR):

```

<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/"
  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <ws:alterarSituacaoGrupoRepresentativo>
      <numero>?</numero>
      <situacao>?</situacao>
    </ws:alterarSituacaoGrupoRepresentativo>
  </soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>

```

3.1.2.5 alterarSituacaoIncidenteAssuncaoCompetencia

Alterar situação de precedente do tipo IAC:

```

<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/"

```

```
<soapenv:Header/>
<soapenv:Body>
  <ws:alterarSituacaoIncidenteAssuncaoCompetencia>
    <numero>?</numero>
    <situacao>?</situacao>
  </ws:alterarSituacaoIncidenteAssuncaoCompetencia>
</soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>
```

3.1.2.6 alterarSituacaoRecursoRepetitivo

Alterar situação de precedente do tipo Recurso Repetitivo (RR):

```
<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/">
  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <ws:alterarSituacaoRecursoRepetitivo>
      <numero>?</numero>
      <situacao>?</situacao>
    </ws:alterarSituacaoRecursoRepetitivo>
  </soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>
```


Operações de Envio

Existem operações de envio específicas para cada um dos incidentes/precedentes. Atenção para a diferença entre os campos *numero*, que variam de acordo com o escopo no qual estão inseridos – campo *numero* dentro do escopo da tag *processosParadigmas* significa que terá o valor de numeração única processual (Resolução 65 do CNJ).

Cumpramos destacar que as operações de Envio não permitem alteração de dados constantes do sistema. Caso seja necessária a alteração de qualquer informação presente no BNDR, será necessário utilizar as operações de Alteração.

Caso se tente enviar uma mesma dupla de campos *numero* e *tipo*, que coincidam com outro previamente inserido no BNDR, aparecerá a seguinte mensagem:

```
<soap:Envelope
  xmlns:soap="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/">
  <soap:Body>
    <ns2:enviarIRDemandasRepetitivasResponse
      xmlns:ns2="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/">
      <resposta>
        <mensagem>O seguinte precedente já está cadastrado: [NUMERO: 28282828 | TIPO:IRDR | ORGAO: Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco]</mensagem>
        <sucesso>>false</sucesso>
      </resposta>
    </ns2:enviarIRDemandasRepetitivasResponse>
  </soap:Body>
```

	Resolução CNJ 235, de 13 de julho de 2016
	Cartilha de Integração com o Web Service

`</soap:Envelope>`

Quando o envio de um precedente/incidente é bem sucedido, a seguinte mensagem é apresentada:

```
<soap:Envelope
  xmlns:soap="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  <soap:Body>
    <ns2:enviarIRDemandasRepetitivasResponse
      xmlns:ns2="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/"
      <resposta>
        <mensagem>Operação realizada com sucesso</mensagem>
        <sucesso>true</sucesso>
        <precedentesSalvos>
          <numero>129999998</numero>
          <nut>8.02.1.000006</nut>
        </precedentesSalvos>
      </resposta>
    </ns2:enviarIRDemandasRepetitivasResponse>
  </soap:Body>
</soap:Envelope>
```

O campo nut é gerado de forma automática. Os 3 primeiros dígitos é o código JTR (Justiça e Tribunal) estabelecidos pela Resolução 65 do Conselho Nacional de Justiça. Os 6 últimos dígitos são um sequencial gerado automaticamente pelo serviço BNDR do Conselho Nacional de Justiça.

Para ilustrar como o envio é feito, a operação atua da seguinte forma.

3.1.2.7 enviarControversias

Envia um precedente do tipo CT (Controvérsia), e sua lista de **processosParadigmas** associados:

```
<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/"
  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <ws:enviarControversias>
      <controversias>
        <numero>?</numero>
        <processosParadigmas>
          <classe>?</classe>
          <numero>?</numero>
          <orgaoJulgador>?</orgaoJulgador>
          <relator>?</relator>
          <dataJulgamento>?</dataJulgamento>
          <dataPublicacaoAcordao>?</dataPublicacaoAcordao>
          <dataTransitoJulgado>?</dataTransitoJulgado>
        </processosParadigmas>
        <titulo>?</titulo>
        <descricao>?</descricao>
        <dataCriacao>?</dataCriacao>
        <situacao>?</situacao>
```

```

    </controversias>
  </ws:enviarControversias>
</soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>

```

Situações válidas para o campo **situacao**:

CONTROVERSIA_PENDENTE_STF
 CONTROVERSIA_PENDENTE_STJ
 CONTROVERSIA_PENDENTE_TST
 CONTROVERSIA_VINCULADO_TEMA_STF
 CONTROVERSIA_VINCULADO_TEMA_STJ
 CONTROVERSIA_VINCULADO_TEMA_TST
 CONTROVERSIA_CANCELADA

3.1.2.8 enviarGruposRepresentativos


Enviar precedentes do tipo Grupos de Representativos (GR). A estrutura contida na tag *processosParadigmas* pode se repetir, denotando uma lista de processos paradigmas:

```

<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/">
  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <ws:enviarGruposRepresentativos>
      <gruposRepresentativos>
        <numero>?</numero>
        <processosParadigmas>
          <classe>?</classe>
          <numero>?</numero>
          <orgaoJulgador>?</orgaoJulgador>
          <relator>?</relator>
          <dataJulgamento>?</dataJulgamento>
          <dataPublicacaoAcordao>?</dataPublicacaoAcordao>
          <dataTransitoJulgado>?</dataTransitoJulgado>
        </processosParadigmas>
        <titulo>?</titulo>
        <descricao>?</descricao>
        <dataCriacao>?</dataCriacao>
        <situacao>?</situacao>
      </gruposRepresentativos>
    </ws:enviarGruposRepresentativos>
  </soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>

```

3.1.2.9 enviarIncidentesAssuncaoCompetencias

	Resolução CNJ 235, de 13 de julho de 2016
	Cartilha de Integração com o Web Service

Envia precedentes do tipo IAC (Incidente de Assunção de Competência). A estrutura contida na tag *incidentesAssuncaoCompetencias* pode se repetir, permitindo o envio de uma lista de IACs. A estrutura contida na tag *processosParadigmas* também pode se repetir, denotando uma lista de processos paradigmas:

```
<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/"
  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <ws:enviarIncidentesAssuncaoCompetencias>
      <incidentesAssuncaoCompetencias>
        <numero>?</numero>
        <processosParadigmas>
          <classe>?</classe>
          <numero>?</numero>
          <orgaoJulgador>?</orgaoJulgador>
          <relator>?</relator>
          <dataJulgamento>?</dataJulgamento>
          <dataPublicacaoAcordao>?</dataPublicacaoAcordao>
          <dataTransitoJulgado>?</dataTransitoJulgado>
        </processosParadigmas>
        <questao>?</questao>
        <tese>?</tese>
        <assuntos>?</assuntos>
        <referenciasLegislativas>?</referenciasLegislativas>
        <situacao>?</situacao>
        <dataAdmissao>?</dataAdmissao>
        <dataInstauracao>?</dataInstauracao>
      </incidentesAssuncaoCompetencias>
    </ws:enviarIncidentesAssuncaoCompetencias>
  </soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>
```

3.1.2.10 enviarProcessosParadigmas

Enviar processos paradigmas relacionados a um dado precedente. O tipo de precedente pode ser selecionado no elemento *tipo*. A estrutura contida na tag *processosParadigmas* pode se repetir, denotando uma lista de processos paradigmas:

```
<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/"
  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <ws:enviarProcessosParadigmas>
      <numero>?</numero>
      <siglaOrgao>?</siglaOrgao>
      <tipo>?</tipo>
      <processosParadigmas>
        <classe>?</classe>
```

```

        <numero>?</numero>
        <orgaoJulgador>?</orgaoJulgador>
        <relator>?</relator>
        <dataJulgamento>?</dataJulgamento>
        <dataPublicacaoAcordao>?</dataPublicacaoAcordao>
        <dataTransitoJulgado>?</dataTransitoJulgado>
    </processosParadigmas>
</ws:enviarProcessosParadigmas>
</soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>

```

3.1.2.11 enviarProcessosSobrestados

Envia lista de processos sobrestados. A estrutura contida na tag *processosSobrestados* pode se repetir, denotando uma lista de processos sobrestados:

```

<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/">
  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <ws:enviarProcessosSobrestados>
      <numero>?</numero>
      <tipo>?</tipo>
      <siglaOrgao>?</siglaOrgao>
      <processosSobrestados>
        <classe>?</classe>
        <numero>?</numero>
        <orgaoJulgador>?</orgaoJulgador>
        <dataDistribuicao>?</dataDistribuicao>
        <dataSobrestamento>?</dataSobrestamento>
        <dataJulgamento>?</dataJulgamento>
        <dataBaixa>?</dataBaixa>
      </processosSobrestados>
    </ws:enviarProcessosSobrestados>
  </soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>

```

3.1.2.12 enviarRecursosRepetitivos


Envia precedentes do tipo RR (Recursos Repetitivos). A estrutura contida na tag *recursosRepetitivos* pode se repetir, permitindo o envio de uma lista de RRs. A estrutura contida na tag *processosParadigmas* também pode se repetir, denotando uma lista de processos paradigmas vinculados a um dado

RR:

```

<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/">

```

	Resolução CNJ 235, de 13 de julho de 2016 <hr/> Cartilha de Integração com o Web Service
---	---

```

<soapenv:Header/>
<soapenv:Body>
  <ws:enviarRecursosRepetitivos>
    <recursosRepetitivos>
      <numero>?</numero>
      <processosParadigmas>
        <classe>?</classe>
        <numero>?</numero>
        <orgaoJulgador>?</orgaoJulgador>
        <relator>?</relator>
        <dataJulgamento>?</dataJulgamento>
        <dataPublicacaoAcordao>?</dataPublicacaoAcordao>
        <dataTransitoJulgado>?</dataTransitoJulgado>
      </processosParadigmas>
      <questao>?</questao>
      <tese>?</tese>
      <assuntos>?</assuntos>
      <referenciasLegislativas>?</referenciasLegislativas>
      <situacao>?</situacao>
      <dataAfetacao>?</dataAfetacao>
    </recursosRepetitivos>
  </ws:enviarRecursosRepetitivos>
</soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>

```

Operações de Pesquisa

Nenhuma das operações de pesquisa definem obrigatoriedade por atributos nas mensagens de requisição. Isso significa que as operações de pesquisa podem ser demandas a retornar todo o acervo de precedentes/incidentes, caso sejam enviadas sem parâmetro nenhum.

Todas as operações de pesquisa incluem os seguintes campos:

- Campo *numero*, que identifica o número do precedente/incidente que está sendo pesquisado. Não sendo obrigatório, retorna todos os precedentes/incidentes de uma dada espécie caso não seja informado;
- Campo *siglaOrgao*, identifica o órgão que produziu o precedente/incidente. Ver a Seção 3.1.1.3 para o conjunto de valores válidos;
- Campo *pagina*, que permite que a resposta seja paginada, evitando assim que respostas muito grandes onerem demasiadamente o desempenho das aplicações envolvidas. O valor informado no campo pagina deve ser a partir do número 1;

As operações de pesquisa não exigem que todos os campos sejam representados na requisição. Exemplo abaixo de requisição pela operação pesquisarRecursosRepetitivos sem parâmetros de pesquisa, e um trecho da resposta logo em seguida:

```
<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/">
  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <ws:pesquisarRecursosRepetitivos/>
  </soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>
```

A resposta é no seguinte formato:

```
<soap:Envelope
  xmlns:soap="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/">
  <soap:Body>
    <ns2:pesquisarRecursosRepetitivosResponse
      xmlns:ns2="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/">
      <resposta>
        <sucesso>true</sucesso>
        <precedentes>
          <precedente xsi:type="ns2:tipoRR"
            xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance">
            <numero>1</numero>
            <questao>Questão referente à necessidade de anuência do devedor
para substituição processual do polo ativo, decorrente de cessão de crédito, nos autos
de ação de execução.</questao>
            <tese>A substituição processual, no polo ativo da execução, do
exequente originário pelo cessionário dispensa a autorização ou o consentimento do
devedor.</tese>
            <situacao>TRANSITADO_JULGADO</situacao>
            <dataAfetacao>2008-10-10T00:00:00-03:00</dataAfetacao>
          </precedente>
          <siglaOrgao>STJ</siglaOrgao>
        </precedentes>
        <precedentes>
          <precedente xsi:type="ns2:tipoRR"
            xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance">
            <numero>2</numero>
            <questao>Questão referente à possibilidade de habilitação de
cessionário de crédito referente a honorários advocatícios sucumbenciais que integra
precatório expedido em nome do exequente e não dos advogados cedentes.</questao>
            <tese>Comprovada a validade do ato de cessão dos honorários
advocatícios sucumbenciais, realizado por escritura pública, bem como discriminado no
precatório o valor devido a título da respectiva verba advocatícia, deve-se reconhecer a
legitimidade do cessionário para se habilitar no crédito consignado no
precatório.</tese>
            <situacao>TRANSITADO_JULGADO</situacao>
            <dataAfetacao>2009-02-20T00:00:00-03:00</dataAfetacao>
          </precedente>
          <siglaOrgao>STJ</siglaOrgao>
        </precedentes>
      </resposta>
    </ns2:pesquisarRecursosRepetitivosResponse>
  </soap:Body>
</soap:Envelope>
```

```


</precedentes>
<precedentes>
  <precedente xsi:type="ns2:tipoRR"
    xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance">
    <numero>3</numero>
    <questao>Questão referente à conversão dos vencimentos em URV de
servidores do Poder Executivo gaúcho, conforme a Lei 8.880/94, deixando-se de considerar
os reajustes/antecipações que foram objeto de várias leis estaduais do Rio Grande do
Sul.</questao>
      <tese>A imposição ao Estado do Rio Grande do Sul da conversão
das retribuições aos servidores pela URV (Lei 8.880/94), apesar dos reajustes
voluntários já concedidos à categoria pelo Governo Gaúcho a pretexto dessa mesma
conversão, somente seria cabível se evidenciado algum prejuízo vencimental decorrente
daquela antecipação voluntária.</tese>
      <situacao>TRANSITADO_JULGADO</situacao>
      <dataAfetacao>2008-09-04T00:00:00-03:00</dataAfetacao>
    </precedente>
    <siglaOrgao>STJ</siglaOrgao>
  </precedentes>
</precedentes>
  <precedente xsi:type="ns2:tipoRR"
    xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance">
    <numero>4</numero>
    <questao>Questão referente ao percentual de juros moratórios
devido nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas
remuneratórias a servidores públicos, nos termos do artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97,
acrescentado pela Medida Provisória nº 2.180/2001.</questao>
      <tese>O art. 1º-F, da Lei 9.494/97, que fixa os juros moratórios
nas ações ajuizadas contra a Fazenda Pública no patamar de 6%, é de ser aplicado tão
somente às demandas ajuizadas após a sua entrada em vigor.</tese>
      <referenciasLegislativas>Lei 9.494/1997. Art. 1º-F. Os juros de
mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias
devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis
por cento ao ano. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de
2001)</referenciasLegislativas>
      <situacao>TRANSITADO_JULGADO</situacao>
      <dataAfetacao>2008-09-18T00:00:00-03:00</dataAfetacao>
    </precedente>
    <siglaOrgao>STJ</siglaOrgao>
  </precedentes>
</precedentes>
  <precedente xsi:type="ns2:tipoRR"
    xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance">
    <numero>5</numero>
    <questao>Questão referente à prescrição da pretensão de
militares inativos da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul ao reconhecimento
dos benefícios concedidos pela Lei Complementar Estadual nº 10.990/97.</questao>
      <tese>Na hipótese em que se pretende a revisão de ato de reforma
de policial militar do Estado do Rio Grande do Sul, com base na Lei Complementar
Estadual nº 10.990/97, com sua promoção a um posto superior na carreira militar e, como
mera consequência do deferimento do pedido de promoção, a revisão de seus proventos da
inatividade, a prescrição aplicável é de fundo do direito, nos termos do artigo 1º do
Decreto nº 20.910/32.</tese>
      <situacao>TRANSITADO_JULGADO</situacao>
      <dataAfetacao>2008-09-23T00:00:00-03:00</dataAfetacao>
    </precedente>
    <siglaOrgao>STJ</siglaOrgao>
  </precedentes>
</precedentes>

```

```

</precedentes>
<precedentes>
  <precedente xsi:type="ns2:tipoRR"
    xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance">
    <numero>6</numero>
    <questao>Questão relativa ao reajuste de 28,86%, decorrente das
Leis n°s 8.622/93 e 8.627/93, no que pertine à concessão do referido índice aos
militares federais.<br></questao>
    <tese>Os servidores públicos militares, que foram contemplados
com reajustes inferiores (concedidos pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993), têm direito às
diferenças entre estes e o índice de 28,86%.</tese>
    <situacao>TRANSITADO_JULGADO</situacao>
    <dataAfetacao>2008-01-09T00:00:00-02:00</dataAfetacao>
  </precedente>
  <siglaOrgao>STJ</siglaOrgao>
</precedentes>
<precedentes>
  <precedente xsi:type="ns2:tipoRR"
    xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance">
    <numero>7</numero>
    <questao>Questão relativa ao reajuste de 28,86%, decorrente das
Leis n°s 8.622/93 e 8.627/93, no que pertine à base de cálculo do
reajuste.<br></questao>
    <tese>O reajuste de 28,86% incide sobre a remuneração do
servidor, o que inclui o vencimento básico (servidor público civil) ou o soldo
(militar), acrescido das parcelas que não os têm como base de cálculo.</tese>
    <referenciasLegislativas>Súmula Vinculante 51/STF - "O reajuste
de 28,86%, concedido aos servidores militares pelas Leis 8622/1993 e 8627/1993, estende-
se aos servidores civis do poder executivo, observadas as eventuais compensações
decorrentes dos reajustes diferenciados concedidos pelos mesmos diplomas
legais".</referenciasLegislativas>
    <situacao>TRANSITADO_JULGADO</situacao>
    <dataAfetacao>2008-01-09T00:00:00-02:00</dataAfetacao>
  </precedente>
  <siglaOrgao>STJ</siglaOrgao>
</precedentes>
<precedentes>
  <precedente xsi:type="ns2:tipoRR"
    xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance">
    <numero>8</numero>
    <questao>Questão relativa ao reajuste de 28,86%, decorrente das
Leis n°s 8.622/93 e 8.627/93, no que pertine ao termo inicial da correção
monetária.<br></questao>
    <tese>A correção monetária deve incidir a partir da data em que
deveria ter sido efetuado o pagamento de cada parcela.</tese>
    <situacao>TRANSITADO_JULGADO</situacao>
    <dataAfetacao>2008-01-09T00:00:00-02:00</dataAfetacao>
  </precedente>
  <siglaOrgao>STJ</siglaOrgao>
</precedentes>
<precedentes>
  <precedente xsi:type="ns2:tipoRR"
    xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance">
    <numero>9</numero>
    <questao>Questão relativa ao reajuste de 28,86%, decorrente das
Leis n°s 8.622/93 e 8.627/93, no que pertine à compensação com a complementação do
salário mínimo, pela aplicação do artigo 73 da Lei n° 8.237/91.</questao>

```

	Resolução CNJ 235, de 13 de julho de 2016 <hr/> Cartilha de Integração com o Web Service
---	---

<tese>O reajuste de 28,86% não pode ser compensado com a rubrica paga a título de complementação de salário mínimo.</tese>

<referenciasLegislativas>Súmula Vinculante 51/STF - "O reajuste de 28,86%, concedido aos servidores militares pelas Leis 8622/1993 e 8627/1993, estende-se aos servidores civis do poder executivo, observadas as eventuais compensações decorrentes dos reajustes diferenciados concedidos pelos mesmos diplomas legais".</referenciasLegislativas>

<situacao>TRANSITADO_JULGADO</situacao>

<dataAfetacao>2008-01-09T00:00:00-02:00</dataAfetacao>

</precedente>

<siglaOrgao>STJ</siglaOrgao>

</precedentes>

<precedentes>

<precedente xsi:type="ns2:tipoRR"

xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance">

<numero>10</numero>

<questao>Questão relativa ao reajuste de 28,86%, decorrente das Leis n°s 8.622/93 e 8.627/93, no que pertine à contagem do prazo prescricional.</questao>

<tese>Quanto a prescrição à pretensão dos servidores públicos militares ao reajuste de 28,86%: i) se ajuizada a ação ordinária dos servidores até 30/06/2003, os efeitos financeiros devem retroagir a janeiro de 1993.</tese>

<situacao>TRANSITADO_JULGADO</situacao>

<dataAfetacao>2008-01-09T00:00:00-02:00</dataAfetacao>

</precedente>

<siglaOrgao>STJ</siglaOrgao>

</precedentes>

<precedentes>

<precedente xsi:type="ns2:tipoRR"

xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance">

<numero>11</numero>

<questao>Questão relativa ao reajuste de 28,86%, decorrente das Leis n°s 8.622/93 e 8.627/93, no que pertine à contagem do prazo prescricional.
</questao>

<tese>Quanto a prescrição à pretensão dos servidores públicos militares ao reajuste de 28,86%: ii) se proposta após 30/06/2003, deve ser aplicado apenas o enunciado da Súmula 85 desta Corte.</tese>

<situacao>TRANSITADO_JULGADO</situacao>

<dataAfetacao>2008-01-09T00:00:00-02:00</dataAfetacao>

</precedente>

<siglaOrgao>STJ</siglaOrgao>

</precedentes>

<precedentes>

<precedente xsi:type="ns2:tipoRR"

xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance">

<numero>12</numero>

<questao>Questão relativa ao reajuste de 28,86%, decorrente das Leis n°s 8.622/93 e 8.627/93, no que pertine à contagem do prazo prescricional.</questao>

<tese>Quanto a prescrição à pretensão dos servidores públicos militares ao reajuste de 28,86%: iii) se ajuizada a ação pelo militar após 1º/01/2006, ocorre a prescrição de todas as parcelas devidas ao militar a título de reajuste de 28,86%.</tese>

<situacao>TRANSITADO_JULGADO</situacao>

<dataAfetacao>2008-01-09T00:00:00-02:00</dataAfetacao>

</precedente>


<siglaOrgao>STJ</siglaOrgao>

```

</precedentes>
<precedentes>
  <precedente xsi:type="ns2:tipoRR"
    xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance">
    <numero>13</numero>
    <questao>Questão relativa ao reajuste de 28,86%, decorrente das
Leis n°s 8.622/93 e 8.627/93, no que pertine à limitação temporal do percentual de
28,86% ao advento da primeira edição da Medida Provisória n° 2.131/2000.</questao>
    <tese>A concessão do reajuste de 28,86% deve se limitar ao
advento da Medida Provisória n. 2.131, de 28/12/2000, que reestruturou a remuneração dos
militares das Forças Armadas, com a absorção das diferenças de reajustes eventualmente
existentes.</tese>

    <situacao>TRANSITADO_JULGADO</situacao>
    <dataAfetacao>2008-01-09T00:00:00-02:00</dataAfetacao>
  </precedente>
  <siglaOrgao>STJ</siglaOrgao>
</precedentes>
<precedentes>
  <precedente xsi:type="ns2:tipoRR"
    xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance">
    <numero>14</numero>
    <questao>Questão referente ao pagamento de diferenças de
vencimentos a professores do Estado do Amapá por força de desvio de
função.<br></questao>
    <tese>Reconhecido o desvio de função, o servidor faz jus às
diferenças salariais decorrentes.</tese>
    <situacao>TRANSITADO_JULGADO</situacao>
    <dataAfetacao>2008-01-10T00:00:00-02:00</dataAfetacao>
  </precedente>
  <siglaOrgao>STJ</siglaOrgao>
</precedentes>
<precedentes>
  <precedente xsi:type="ns2:tipoRR"
    xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance">
    <numero>15</numero>
    <questao>Questão referente à admissibilidade da conversão dos
valores de vencimentos/proventos de servidor público municipal, recebidos em cruzeiros
reais, para o equivalente em URV, nos termos da Lei Federal n° 8.880/94.</questao>
    <tese>É obrigatória a observância pelos Estados e Municípios dos
critérios previstos na Lei Federal n° 8.880/94 para a conversão em URV dos vencimentos e
dos proventos de seus servidores.</tese>
    <situacao>TRANSITADO_JULGADO</situacao>
    <dataAfetacao>2008-01-16T00:00:00-02:00</dataAfetacao>
  </precedente>
  <siglaOrgao>STJ</siglaOrgao>
</precedentes>
<total>954</total>
</resposta>
</ns2:pesquisarRecursosRepetitivosResponse>
</soap:Body>
</soap:Envelope>

```


	Resolução CNJ 235, de 13 de julho de 2016
	Cartilha de Integração com o Web Service

Observe que o resultado é paginado, retornando sempre no máximo 15 resultados. O total de resultados disponíveis vem discriminado no campo total do resultado, que no caso acima são 954 temas (precedentes) de recursos repetitivos. Caso queira obter o resultado seguinte a esse anterior, que representa a página 1 do resultado completo, basta especificar a página 2, da seguinte forma:

```
<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/">
  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <ws:pesquisarRecursosRepetitivos>
      <pagina>2</pagina>
    </ws:pesquisarRecursosRepetitivos>
  </soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>
```

3.1.2.13 pesquisarControversias


Pesquisar por precedentes do tipo Controvérsia (CT), com base no seu numero ou na sigla do órgão:

```
<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/">
  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <ws:pesquisarControversias>
      <numero>?</numero>
      <siglaOrgao>?</siglaOrgao>
      <pagina>?</pagina>
    </ws:pesquisarControversias>
  </soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>
```

3.1.2.14 pesquisarGruposRepresentativos

Pesquisar por precedentes do tipo Grupos de Representativos (GR):

```
<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/">
  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <ws:pesquisarGruposRepresentativos>
      <!--Optional:-->
    </ws:pesquisarGruposRepresentativos>
  </soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>
```

	Resolução CNJ 235, de 13 de julho de 2016
	Cartilha de Integração com o Web Service

```

        <numero>?</numero>
        <!--Optional:-->
        <siglaOrgao>?</siglaOrgao>
        <!--Optional:-->
        <pagina>?</pagina>
    </ws:pesquisarGruposRepresentativos>
</soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>

```

3.1.2.15 pesquisarIncidentesAssuncaoCompetencias

Pesquisar por Incidentes de Assunção de Competência (IAC):

```

<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/">
  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <ws:pesquisarIncidentesAssuncaoCompetencias>
      <!--Optional:-->
      <numero>?</numero>
      <!--Optional:-->
      <siglaOrgao>?</siglaOrgao>
      <!--Optional:-->
      <pagina>?</pagina>
    </ws:pesquisarIncidentesAssuncaoCompetencias>
  </soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>

```

3.1.2.16 pesquisarIRDemandasRepetitivas

Pesquisar por Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRD):


```

<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/">
  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <ws:pesquisarIRDemandasRepetitivas>
      <!--Optional:-->
      <numero>?</numero>
      <!--Optional:-->
      <siglaOrgao>?</siglaOrgao>
      <!--Optional:-->
      <pagina>?</pagina>
    </ws:pesquisarIRDemandasRepetitivas>
  </soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>

```

3.1.2.17 pesquisarRecursosRepetitivos

Pesquisar por Recursos Repetitivos do STJ:

	Resolução CNJ 235, de 13 de julho de 2016
	Cartilha de Integração com o Web Service

```

<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/">
  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <ws:pesquisarRecursosRepetitivos>
      <!--Optional:-->
      <numero>?</numero>
      <!--Optional:-->
      <siglaOrgao>?</siglaOrgao>
      <!--Optional:-->
      <pagina>2</pagina>
    </ws:pesquisarRecursosRepetitivos>
  </soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>

```

3.1.2.18 pesquisarProcessosSobrestados

Pesquisar processos sobrestados, independente do vínculo que tenham com determinado precedente:

```


<soapenv:Envelope
  xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/"
  xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/">
  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <ws:pesquisarProcessosSobrestados>
      <!--Optional:-->
      <numero>?</numero>
      <!--Optional:-->
      <tipo>?</tipo>
      <!--Optional:-->
      <siglaOrgao>?</siglaOrgao>
      <!--Optional:-->
      <numeroProcesso>?</numeroProcesso>
      <!--Optional:-->
      <pagina>?</pagina>
    </ws:pesquisarProcessosSobrestados>
  </soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>

```

3.2 SERVIÇO PARA OS TRIBUNAIS – BNPRTRIBUNAISWS

O endereço URL (Uniform Resource Locator) para acesso ao serviço para o perfil de Tribunais não abrangidos pela seção precedente (3.1), ou seja, os Tribunais não superiores, é disponibilizado no link: <http://wwwh.cnj.jus.br/bnpr-web/bnprTribunaisWS?wsdl>

Essa versão está sendo oferecida atualmente apenas em ambiente de homologação. Quando for disponibilizada em ambiente de Produção, outro link de acesso será fornecido.

 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA O Brasil faz a justiça	Resolução CNJ 235, de 13 de julho de 2016
	Cartilha de Integração com o Web Service

Os parâmetros em comum são os mesmos vistos na Seção 3.1.

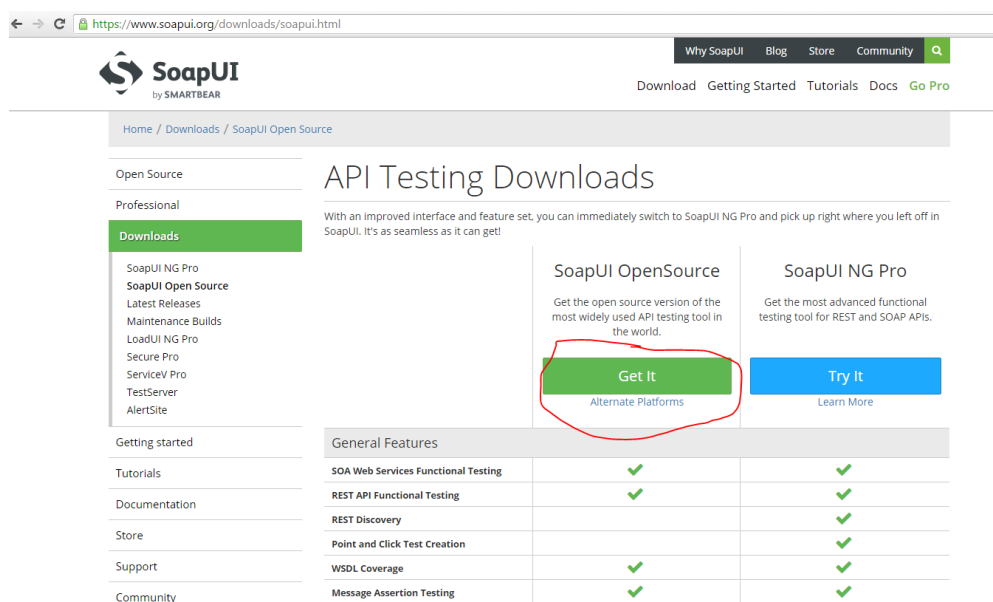
As operações são quase iguais, com exceção de algumas mudanças...

4 PREPARAÇÃO DO AMBIENTE – INSPECIONANDO COM O SOAPUI

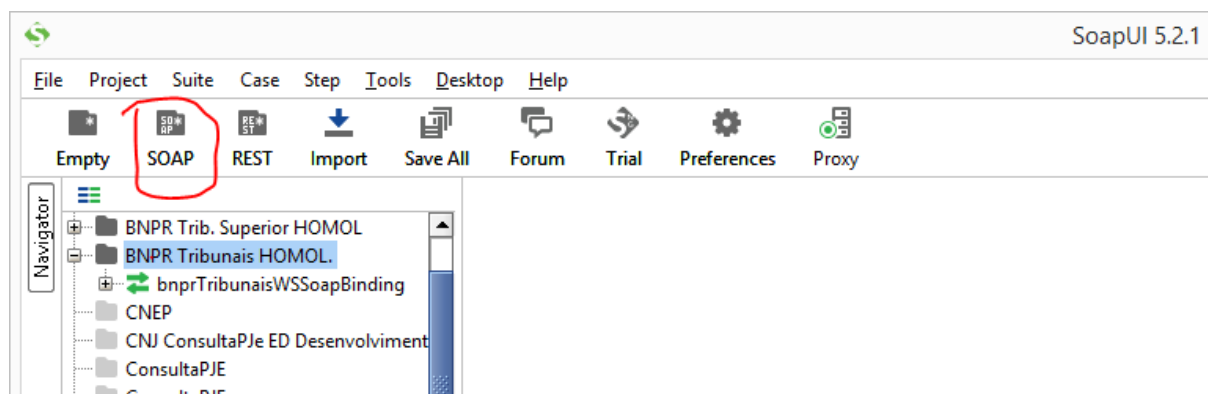
Para acessar a API (Application Programming Interface) fornecida pelo CNJ, através da tecnologia de Web


4.1 INSTALANDO O SOAPUI

Link para download: <https://www.soapui.org/downloads/soapui.html>

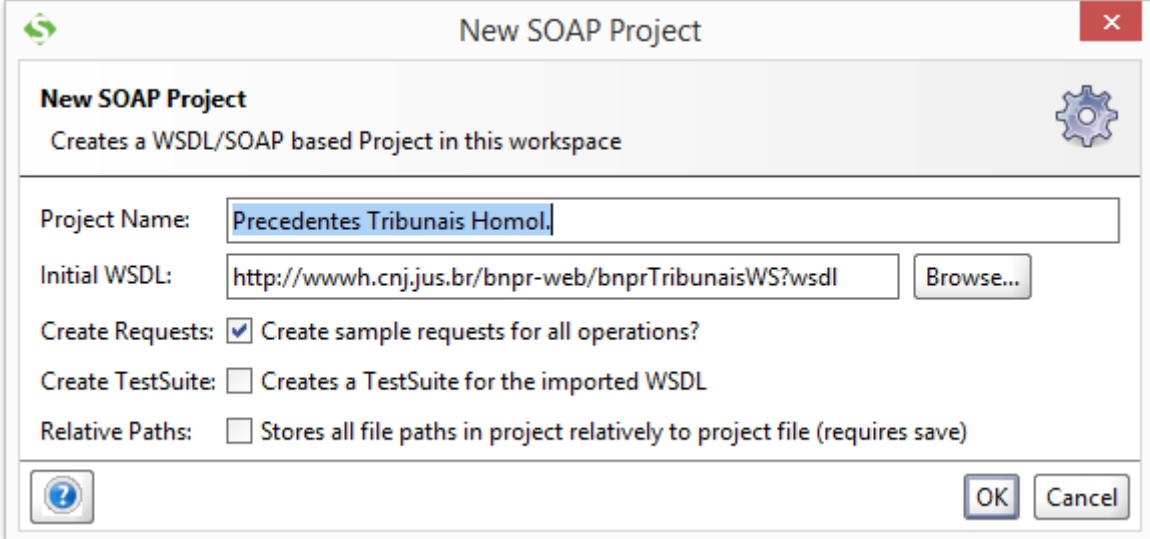


4.2 IMPORTANDO O SERVIÇO DO BNPR



 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA O Brasil faz a justiça	Resolução CNJ 235, de 13 de julho de 2016
	Cartilha de Integração com o Web Service

4.3 EDITANDO PROPRIEDADES DO SERVIÇO DO BNPR



New SOAP Project
Creates a WSDL/SOAP based Project in this workspace

Project Name:

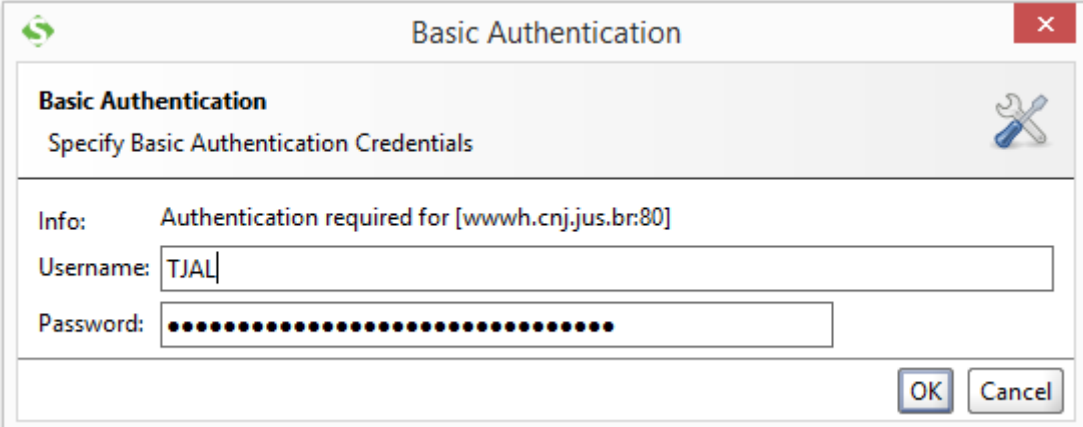
Initial WSDL:

Create Requests: ☒ Create sample requests for all operations?

Create TestSuite: ☐ Creates a TestSuite for the imported WSDL

Relative Paths: ☐ Stores all file paths in project relatively to project file (requires save)

4.4 CONFIGURANDO O HTTP AUTHENTICATION PARA O SERVIÇO DO BNPR



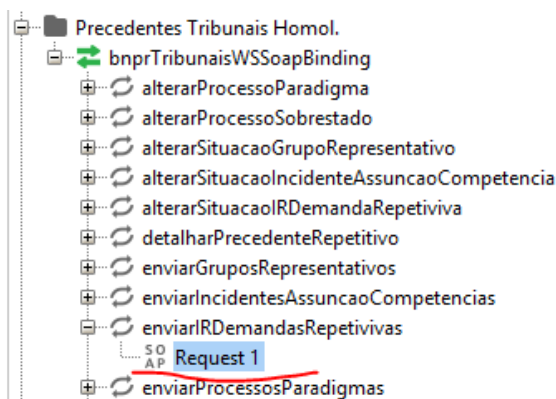
Basic Authentication
Specify Basic Authentication Credentials

Info: Authentication required for [www.h.cnj.jus.br:80]

Username:

Password:

4.5 CRIANDO UMA REQUISIÇÃO DE ENVIO DE IRDR NO BNDR



4.6 IMPORTANDO O SERVIÇO DO BNPR

Request 1

http://wwwh.cnj.jus.br:80/bnpr-web/bnprTribunaisWS

```
<?xml version='1.0' encoding='utf-8'>
<soapenv:Envelope xmlns:soapenv="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/" xmlns:ws="http://ws.bnpr.cnj.jus.br">
  <soapenv:Header/>
  <soapenv:Body>
    <ws:enviarIRDemandasRepetitivas>
      <!--Zero or more repetitions:-->
      <iRDemandasRepetitivas>
        <numero>12999999</numero>
        <!--Zero or more repetitions:-->
        <processosParadigmas>
          <classe>1032</classe>
          <numero>0443681-22.2010.8.13.0145</numero>
          <orgaoJulgador>3</orgaoJulgador>
          <relator>ROGERIO SCHIETTI CRUZ</relator>
          <!--Optional:-->
          <dataJulgamento>2015-08-12T00:00:00-02:00</dataJulgamento>
          <!--Optional:-->
          <dataPublicacaoAcordao>2015-08-12T00:00:00-02:00</dataPublicacaoAcordao>
          <!--Optional:-->
          <dataTransitoJulgado>2015-08-12T00:00:00-02:00</dataTransitoJulgado>
        </processosParadigmas>
        <questao>Estabelecer se a materialidade do crime previsto no art. 184, § 2º, do Código Penal pode ser comprovada mediante laudo pericial feito por amostragem do produto apreendido, se a falsidade pode ser atestada por meio das características externas desse material e se é necessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados.</questao>
        <tese>É suficiente, para a comprovação da materialidade do delito previsto no art. 184, § 2º, do Código Penal, a perícia realizada, por amostragem, sobre os aspectos externos do material apreendido, sendo desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou de quem os represente.</tese>
        <!--1 or more repetitions:-->
        <assuntos>287</assuntos>
        <referenciasLegislativas>Referencia Recurso Repetitivo</referenciasLegislativas>
        <situacao>POSSIVEL_REVISAO_TESE</situacao>
        <dataAdmissao>2015-08-12T00:00:00-02:00</dataAdmissao>
      </iRDemandasRepetitivas>
    </ws:enviarIRDemandasRepetitivas>
  </soapenv:Body>
</soapenv:Envelope>
```

4.7 RESULTADO DO ENVIO DA OPERAÇÃO DE ENVIO DE IRDR

```
<?xml version='1.0' encoding='utf-8'>
<soap:Envelope xmlns:soap="http://schemas.xmlsoap.org/soap/envelope/">
  <soap:Body>
    <ns2:enviarIRDemandasRepetitivasResponse xmlns:ns2="http://ws.bnpr.cnj.jus.br/">
      <resposta>
        <mensagem>Operação realizada com sucesso</mensagem>
        <sucesso>true</sucesso>
        <precedentesSalvos>
          <numero>1299999998</numero>
          <nut>8.02.1.000006</nut>
        </precedentesSalvos>
      </resposta>
    </ns2:enviarIRDemandasRepetitivasResponse>
  </soap:Body>
</soap:Envelope>
```